

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

### Perfil Corporativo

A Lightger S.A. (“Lightger” ou “Companhia”) é a empresa voltada para a geração e transmissão de energia elétrica, bem como para a comercialização da produção própria. Toda sua energia é considerada “limpa” por ser gerada exclusivamente por fonte hidráulica. Possui capital fechado e tem como acionistas as empresas (i) Light S/A (51%); (ii) CEMIG Geração e Transmissão S/A (49%). A Lightger foi criada para implementar, operar, manter e fazer a exploração comercial da PCH Paracambi.

A PCH Paracambi foi inaugurada em maio de 2012 e possui duas unidades geradoras de 12,85 MW cada, perfazendo uma potência instalada de 25,7 MW. A garantia física foi definida pelo Ministério de Minas e Energia em 19,53 MW médios.

O ano de 2020 foi desafiador para a maioria das empresas, em especial para o setor de geração de energia, em que a Companhia atua. A pandemia da COVID-19, observada há pouco mais de um ano, trouxe um cenário novo, desconhecido e incerto para todos.

A despeito das adversidades, a Companhia vem cumprindo seu papel como prestadora de serviços públicos, seguindo todas as medidas protetivas e apoiando o poder concedente e regulador para garantir aos clientes a continuidade do recebimento de energia com qualidade e o prosseguimento do plano de melhoria operacional.

É importante olhar para frente em 2022 e avançar ainda mais em todas as iniciativas ligadas à geração de resultados e preparar a Companhia para o futuro e alavancar resultados.

Ainda em 2022, será dada continuidade à valorização da agenda com o regulador, com os poderes públicos federal, estadual e municipais, de maneira técnica e equilibrada, com o objetivo de assegurar o interesse dos clientes e da empresa

As perspectivas para o exercício de 2022 e futuros são de otimização da fase operacional, com busca de redução de custos operacionais e maximização da disponibilidade dos ativos, além de mitigar as formas de risco hidrológico, protegendo possível exposição de energia.

### Desempenho Operacional

Compra e Venda de Energia (MWm)	2021	2020	Varição 2021/2020
Venda Ambiente de Contratação Livre (ACL)	234	234	0,0%
Compra Ambiente de Contratação Livre (ACL)	14	11	28,6%

Em 2021, o volume de venda no ACL foi de 234 MWh, o mesmo se comparado a 2020 e a compra no ACL foi de 14 MWh acima em virtude do feito conjunto de aumento do PLD e redução do GSF, e da deterioração das condições dos reservatórios das hidrelétricas, levando à maior necessidade de geração termelétrica.

Em 02 de março de 2021, a CCEE divulgou os valores apurados segundo a regulamentação aprovada no mês de dezembro de 2020, cabendo à ANEEL homologar os valores definitivos em até 30 dias. Considerando os últimos valores divulgados pela CCEE, o ativo intangível da Lightger é de R\$ 15.546 mil.

Em 08 junho de 2021, a Companhia efetuou a liquidação dos valores em aberto junto a CCEE, no montante líquido de R\$ 64 milhões.

Em 08 setembro de 2021, a Companhia solicitou a extinção do processo com julgamento de mérito em virtude de sua desistência, com renúncia do direito sobre o qual se funda a ação.

Ainda em setembro de 2021, os autos foram conclusos para decisão. Após, foi proferida decisão interlocutória, a qual homologou o pedido de renúncia formulado pelas Autoras e declarou extinto o processo, declarando prejudicada a apelação interposta pela ANEEL, bem como eximindo as partes do pagamento de honorários advocatícios

## Comentário financeiro

### Desempenho financeiro

Informações Financeiras Selecionadas (R\$ M)	2021	2020	Variação 2021/2020
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>55.428</b>	<b>52.401</b>	5,8%
Despesa Operacional	(29.952)	(10.055)	197,9%
(+) Depreciação e amortização	11.804	10.631	11,0%
<b>EBITDA</b>	<b>37.280</b>	<b>52.977</b>	-29,6%
Resultado Financeiro	(8.640)	(14.172)	-39,0%
Resultado antes dos Impostos	16.836	28.174	-40,2%
IR/CSLL	(2.575)	(2.430)	6,0%
<b>Lucro Líquido</b>	<b>14.261</b>	<b>25.744</b>	-44,6%
Margem EBITDA	<b>67%</b>	<b>101%</b>	-33,8%

Em 2021, a Lightger teve o seguinte desempenho econômico: (i) receita líquida de R\$55.428 milhões, 5,8% acima da realizada em 2020; (ii) custo operacional de R\$29.952 milhões, 197,9% maior do que o registrado no ano anterior; (iii) EBITDA de R\$37.280 milhões, 29,6% menor do apurado em 2020 e (iv) lucro líquido de R\$14.261 milhões ante R\$25.744 milhões reportado em 2020. O decremento no lucro líquido deve-se, principalmente, pelo reconhecimento de R\$15.546 milhões como ativo intangível do GSF em função de regulamentação da ANEEL no ano de 2020.

## Endividamento

A dívida líquida totalizou um valor positivo de R\$ 25 milhões em 2021, aumento de R\$ 42 milhões se comparado a 2020. Esta variação pode ser explicada pela liquidação do caixa devido ao desembolso em virtude da repactuação do Risco Hidrológico (GSF), cujo passivo liquidado em 06 de junho de 2021 totalizava um montante líquido de R\$ 64 milhões.

## Investimentos

Em 2021 a Companhia aumentou seu volume de investimento em 84% quando em relação a 2020, totalizando R\$1.260. Foram realizados investimentos relevantes para a PCH Paracambi, como a substituição das tubulações de água de resfriamento de aço carbono por aço inox, a construção de uma base para o aprovisionamento do futuro transformador elevador reserva e aquisição de material para instalação de sinalização náutica no reservatório e a jusante.

## Responsabilidade com o meio ambiente

A Companhia é comprometida com a utilização racional e adequada dos recursos naturais, com a análise das vulnerabilidades frente à mudança do clima e com a mitigação de impactos, conforme expresso em sua Política Ambiental e nos Compromissos com o Meio Ambiente e o Clima.

A Lightger atende à legislação ambiental e aos compromissos ambientais assumidos. Possui Programas Ambientais que foram implantados ao longo do período de implantação do empreendimento que seguem em andamento durante a operação da usina, como ações de reflorestamento, preservação da biodiversidade e garantia da qualidade da água.

## Outras Informações

### Auditores independentes

Informamos que atualmente, a Ernst & Young Auditores Independentes ("EY") é a responsável pelos serviços de auditoria externa da Lightger. O relatório da administração pode incluir informações relacionadas a investimentos projetados e dados não-financeiros os quais não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e não foram examinados pelos auditores independentes.

**BALANÇO SOCIAL (a)**  
**LIGHTGER**

1 - Base de Cálculo	2021 Valor (mil reais)			2020 Valor (mil reais)		
Receita líquida (RL)	55.428			52.401		
Resultado operacional (RO)	25.476			42.346		
Folha de pagamento bruta (FPB)	508			472		
<b>2 - Indicadores Sociais Internos</b>	<b>Valor (mil R\$)</b>	<b>% sobre FPB</b>	<b>% sobre RL</b>	<b>Valor (mil R\$)</b>	<b>% sobre FPB</b>	<b>% sobre RL</b>
Alimentação	47	9%	0%	46	10%	0%
Encargos sociais compulsórios	235	46%	0%	172	36%	0%
Previdência privada	0	0%	0%	0	0%	0%
Saúde	62	12%	0%	57	12%	0%
Transporte	0	0%	0%	14	3%	0%
Segurança e saúde no trabalho	0	0%	0%	7	1%	0%
Educação	0	0%	0%	0	0%	0%
Cultura	0	0%	0%	0	0%	0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	0	0%	0%	0	0%	0%
Creches ou auxílio-creche	0	0%	0%	0	0%	0%
Participação nos lucros ou resultados	0	0%	0%	34	7%	0%
Outros	2	0%	0%	2	0%	0%
<b>Total - Indicadores sociais internos</b>	<b>346</b>	<b>68%</b>	<b>1%</b>	<b>332</b>	<b>70%</b>	<b>1%</b>
<b>3 - Indicadores Sociais Externos</b>	<b>Valor (mil R\$)</b>	<b>% sobre RO</b>	<b>% sobre RL</b>	<b>Valor (mil R\$)</b>	<b>% sobre RO</b>	<b>% sobre RL</b>
Educação	0	0%	0%	0	0%	0%
Cultura	0	0%	0%	0	0%	0%
Saúde e saneamento	0	0%	0%	0	0%	0%
Esporte	0	0%	0%	0	0%	0%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0%	0%	0	0%	0%
Outros	0	0%	0%	0	0%	0%
Total das contribuições para a sociedade	0	0%	0%	0	0%	0%
Tributos (excluídos encargos sociais)	0	0%	0%	0	0%	0%
<b>Total - Indicadores sociais externos</b>	<b>0</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>	<b>0</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>
<b>4 - Indicadores Ambientais</b>	<b>Valor (mil R\$)</b>			<b>Valor (mil R\$)</b>		
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	741			468		
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0			64		
Total dos investimentos em meio ambiente	741			532		
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	(X) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 76 a 100%		(X) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 76 a 100%			
<b>5 - Indicadores do Corpo Funcional</b>						
Nº de empregados(as) ao final do período	4			5		
Nº de admissões durante o período	0			0		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	15			15		
Nº de estagiários(as)	0			0		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	0			0		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	1			1		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	0			0		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	1			1		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0			0		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	0			0		
<b>6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial</b>	<b>2021</b>			<b>Metas 2022</b>		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	5			ND		
Número total de acidentes de trabalho	0			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	( ) direção e gerências	(X) todos(as)	( ) todos(as) + Cipa	( ) direção e gerências	(X) todos(as)	( ) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	(X) segue as normas	( ) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolve	(X) segue as normas	( ) incentiva e segue a OIT
A participação dos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(X) são exigidos	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(X) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	(X) não se envolve	( ) apoiará	( ) organiza e incentiva	(X) não se envolve	( ) apoiará	( ) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 0%	no Procon 0%	na Justiça 0%	na empresa 0%	no Procon 0%	na Justiça 0%
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 0%	no Procon 0%	na Justiça 0%	na empresa 0%	no Procon 0%	na Justiça 0%
<b>7 - Outras Informações</b>						
Não há.						

(a) Não examinado pelos auditores independentes

Marcos Antonio de Aquino Rodrigues  
Diretora Técnica Comercial  
Lightger S/A

Caio Simões de Lima  
Diretor Administrativo Financeiro  
Lightger S/A



**Lightger S/A**  
CNPJ 04.430.725/0001-70

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

BALANÇOS PATRIMONIAIS .....	2
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	3
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	4
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	5
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA .....	6
1. CONTEXTO OPERACIONAL .....	7
2. BASE DE PREPARAÇÃO .....	9
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS .....	10
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....	15
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS .....	16
6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS.....	16
7. IMOBILIZADO.....	17
8. INTANGÍVEL .....	19
9. FORNECEDORES.....	20
10. FINANCIAMENTOS .....	20
11. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR .....	22
12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A PAGAR.....	22
13. CONTINGÊNCIAS .....	23
14. TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS .....	24
15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	25
16. DIVIDENDOS A PAGAR.....	26
17. RECEITA LÍQUIDA.....	27
18. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS .....	27
19. RESULTADO FINANCEIRO.....	28
20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS.....	28
21. SEGUROS .....	32
22. CONTRATOS DE LONGO PRAZO .....	32
23. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA .....	33

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Administradores e Acionistas da  
**Lightger S.A.**  
Rio de Janeiro - RJ

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Lightger S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de maio de 2022.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6



Gláucio Dutra da Silva  
Contador CRC-1RJ090174/O-4

BALANÇOS PATRIMONIAIS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	31/12/2021	31/12/2020	Passivo	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalente de caixa	4	676	525	Fornecedores	9	1.853	62.487
Títulos e valores mobiliários	5	28.706	79.648	Financiamentos	10	8.573	8.579
Concessionárias e permissionárias	6	5.274	23.261	Tributos e contribuições a pagar	11	250	259
Adiantamentos a Fornecedores		633	64	Imposto de renda e contribuição social a pagar	12	499	649
<b>TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>35.289</b>	<b>103.498</b>	Dividendos a pagar	16	3.387	6.114
Títulos e valores mobiliários	5	3.190	4.156	Obrigações trabalhistas		70	91
Depósitos vinculados a litígios		8	7	Obrigações por arrendamento		-	10
Ativos de direito de uso		-	30	<b>TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>14.632</b>	<b>78.189</b>
Imobilizado	7	100.881	109.950	Financiamentos	10	46.211	54.613
Intangível	8	14.398	15.576	Obrigações por arrendamento		-	23
<b>TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>118.477</b>	<b>129.719</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>46.211</b>	<b>54.636</b>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15		
				Capital social		79.232	79.232
				Reserva de lucros		3.530	2.817
				Dividendos adicionais propostos		10.161	18.343
				<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>92.923</b>	<b>100.392</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>153.766</b>	<b>233.217</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>153.766</b>	<b>233.217</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
RECEITA LÍQUIDA	17	55.428	52.401
<b>CUSTO DA OPERAÇÃO</b>	18	(28.307)	(8.758)
Encargos uso de rede		(473)	(387)
Material		(101)	(66)
Energia Comprada		(13.158)	4.425
Serviço de Terceiros		(2.541)	(1.946)
Depreciação e amortização		(11.758)	(10.584)
Seguros		(157)	(118)
Outras		(119)	(82)
LUCRO BRUTO		27.121	43.643
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	18	(1.645)	(1.297)
Despesas gerais e administrativas		(1.645)	(1.297)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		25.476	42.346
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	19	(8.640)	(14.172)
Receita financeira		2.433	2.029
Despesa financeira		(11.073)	(16.201)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		16.836	28.174
Imposto de renda e contribuição social	12	(2.575)	(2.430)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		14.261	25.744
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR LOTE DE MIL AÇÕES	15	0,1803	0,3255

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	14.261	25.744
<b>RESULTADO ABRANGENTE TOTAL</b>	<b>14.261</b>	<b>25.744</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reserva de lucro Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019</b>		79.232	1.530	10.580	-	91.342
Dividendos adicionais propostos e pagos		-	-	(10.580)	-	(10.580)
Lucro líquido do exercício	15	-	-	-	25.744	25.744
Destinação do resultado do exercício:						
Constituição de reserva legal	16	-	1.287	-	(1.287)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16	-	-	-	(6.114)	(6.114)
Dividendos adicionais propostos	16	-	-	18.343	(18.343)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020</b>		79.232	2.817	18.343	-	100.392
Dividendos adicionais propostos e pagos		-	-	(18.343)	-	(18.343)
Lucro líquido do exercício	15	-	-	-	14.261	14.261
Destinação do resultado do exercício:						
Constituição de reserva legal	16	-	713	-	(713)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16	-	-	-	(3.387)	(3.387)
Dividendos adicionais propostos	16	-	-	10.161	(10.161)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>		79.232	3.530	10.161	-	92.923

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		34.537	23.190
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		16.836	28.174
Baixa do ativo imobilizado	7	-	38
Despesa de juros sobre financiamentos	10	3.909	4.541
Depreciação e amortização	18	11.804	10.631
Repactuação do GSF na Lightger		-	(15.576)
Atualização monetária GSF	19	7.160	11.598
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		<b>(5.172)</b>	<b>(16.216)</b>
Títulos e valores mobiliários		51.908	(10.355)
Concessionárias e permissionárias		17.987	(6.218)
Adiantamentos a Fornecedores		(569)	(64)
Depósitos vinculados a litígios		(1)	-
Fornecedores		(67.794)	7.103
Tributos, contribuições e impostos		(9)	58
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.725)	(2.135)
Obrigações trabalhistas		(21)	4
Obrigações de arrendamentos		(33)	(29)
Juros pagos sobre financiamentos	10	(3.915)	(4.580)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>		<b>(1.527)</b>	<b>(200)</b>
Aquisições de bens do ativo imobilizado	7	(1.527)	(200)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>		<b>(32.859)</b>	<b>(22.509)</b>
Amortização do principal de financiamentos	10	(8.402)	(8.402)
Pagamento de dividendos	16	(24.457)	(14.107)
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>151</b>	<b>481</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		525	44
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		676	525

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

---

A Lightger S.A. ("Lightger" ou "Companhia") é uma concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ. Foi constituída em 11 de maio de 2001, como sociedade por quotas de responsabilidade limitada, sob a denominação de Lightger Ltda. Em 27 de agosto de 2009, a Assembleia Geral de Transformação ("AGT") aprovou a transformação de sociedade limitada (Ltda.) para sociedade por ações de capital fechado (S.A.) sob a denominação de Lightger S.A. A área de atuação operacional da Companhia é a geração e comercialização de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), vinculada ao Ministério de Minas e Energia ("MME"). O prazo de autorização da Companhia é de 30 anos, conforme Resolução nº 63 de 2001, publicada em 16 de fevereiro de 2001, com vencimento previsto para 15 de fevereiro de 2031, podendo ser prorrogada a critério da ANEEL.

A Companhia tem por objeto a elaboração do projeto, a implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Paracambi, nos termos e prazos constantes da respectiva resolução ANEEL nº 525, de 3 de dezembro de 2001.

A PCH foi construída em Ribeirão das Lajes, município de Paracambi - RJ. Seu reservatório atinge, além de Paracambi, os municípios de Piraí e Itaguaí. A usina possui duas unidades geradoras: Kaplan vertical de 12,85MW cada, totalizando uma potência instalada de 25,7MW. A energia assegurada é de 19,53MW médios e é interligada ao sistema de subtransmissão da concessionária local Light Serviços de Eletricidade S/A em tensão de 138kV. A interligação é na linha de transmissão que atende a subestação Nilo Peçanha.

A primeira unidade geradora entrou em operação em 18 de maio de 2012 e a segunda unidade geradora em 15 de julho de 2012.

Em dezembro de 2020, a Companhia reconheceu o ativo intangível oriundo do direito a extensão da concessão, em decorrência da adesão à repactuação do risco hidrológico de forma a compensar a Companhia pelos custos incorridos no passado, conforme previsto na Lei nº 14.052/2020, regulamentada pela Resolução ANEEL nº 895/2020, ao valor justo, o que é o valor definido e disponibilizado pela ANEEL.

Em 09 de dezembro de 2021, a acionista Light S.A, celebrou contrato de compra e venda com Brasal Energia S.A. ("Brasal"), para alienação da totalidade de sua participação de 51% na Lightger S.A, pelo valor de R\$108.511.

A consumação da transação e o pagamento do preço estão sujeitos ao cumprimento de condições precedentes usuais em transações dessa natureza, tais como a obtenção de anuência de autoridades regulatórias e concorrenciais e de terceiros. Em 03 de março de 2022, a ANEEL por meio do despacho nº 595/2022, concedeu anuência para as transações e definiu prazo de 120 dias para implementação da operação, a contar da data do despacho.

#### Efeitos do Coronavírus (COVID-19).

Desde de março de 2020, quando a Organização Mundial da Saúde ("OMS") declarou o surto da primeira onda do COVID-19 como uma pandemia, a Companhia vem adotando todas as medidas de segurança para manter a continuidade de suas atividades, sempre em conformidade com os decretos e recomendações emitidas pelo Governo Federal, Estadual e Municipal, sempre visando manter continuidade do serviço à sociedade e, ao mesmo tempo, assegurar o bem-estar e a saúde dos colaboradores e clientes.

#### Impacto nas demonstrações financeiras

Para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração da Companhia avaliou cuidadosamente o impacto da COVID-19 nos negócios de geração de energia elétrica. Foram analisados temas como (i) os níveis de GSF ("*Generation Scaling Factor*") e PLD; (ii) variação dos indicadores macroeconômicos; (iii) acesso ao mercado de capitais, fluxo de caixa de curto e médio prazo; (iv) redução no valor recuperável de ativos não financeiros; (v) impactos nos covenants financeiros; e (vi) avaliação das premissas e incertezas de estimativas associadas à mensuração de ativos e passivos. A Administração não verificou variações significativas no resultado da geradora em decorrência direta dos efeitos da pandemia em curso da COVID-19.

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO

---

### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 27 de maio de 2022, a Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

### 2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos por meio de resultado quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está detalhada na Nota 21.

### 2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma.

### 2.4 Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras, requer que a Administração faça julgamentos, adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas são revisadas continuamente. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Os ajustes oriundos dessas revisões são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: (i) provisão para compra de energia (Nota 9) e (ii) contingências (Nota 13).

### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

---

As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

#### 3.1 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias:

##### Valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Nesta categoria encontram-se os certificados de depósito bancário (CDB).

##### Custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Após o reconhecimento inicial, os financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas dos passivos financeiros são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

Encontram-se nesta categoria o numerário disponível, concessionárias e permissionárias, fornecedores, financiamentos e obrigações com arrendamento mercantil.

## Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e
- A Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

### 3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros propósitos. A Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira com liquidez imediata, com vencimento original de até três meses a partir da data da contratação e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

### 3.3 Concessionárias e permissionárias

Incluem o suprimento da energia elétrica, acréscimos moratórios, juros oriundos de atraso no pagamento e energia comercializada a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia (“CCEE”).

O saldo do contas a receber relacionados a concessionários e permissionárias está sujeito à análise de perdas de créditos esperadas conforme requerido pelo CPC 48 – Instrumentos Financeiros. A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não estão expostas a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais. Portanto, após as devidas análises não foi identificada a necessidade de eventuais perdas esperadas.

### 3.4 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo de aquisição, formação ou construção, incluindo custo atribuído, encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada e de perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.

A depreciação é calculada pelo método linear, em contrapartida ao resultado do exercício, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente ou até o limite da autorização, dos dois, o menor, inclusive os terrenos. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na Nota 7.

Eventuais ajustes nos métodos de depreciação, nas vidas úteis ou nos valores residuais são reconhecidos e ajustados de forma prospectiva.

### 3.5 Ativo intangível

Os ativos intangíveis compreendem, principalmente, os softwares adquiridos de terceiros. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia.

A amortização do ativo intangível é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangíveis, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na demonstração de resultado.

### 3.6 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Em 31 de dezembro de 2021, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

### 3.7 Provisões

#### 3.7.1 Geral

São reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

#### 3.7.2 Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, logo, as provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos econômicos seja requerida para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico bem como a avaliação dos advogados externos e na opinião da Administração, quando aplicável. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui processos judiciais avaliados por seus consultores jurídicos internos e externos com probabilidade de perda provável que devessem ser reconhecidas em suas demonstrações financeiras.

### 3.8 Reconhecimento de receitas

As receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance for satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado a essa obrigação de performance. A Companhia reconhece a receita proveniente de um contrato com cliente quando a expectativa de recebimento for provável, levando em consideração a intenção de pagamento do cliente.

#### 3.8.1 Receita de venda de energia

As receitas de venda de energia são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação, com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado.

A receita de operações com venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos valor justo da contraprestação a receber no momento em que as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças ("PLD").

### 3.8.2 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras, juros sobre atraso no recebimento de cliente, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre financiamentos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Custos de financiamentos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

### 3.9 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base no lucro presumido, considerando as seguintes taxas:

- Imposto de renda: base de cálculo de 8% sobre a receita da bruta e, acrescidos da receita financeira, alíquota de 15% acrescidos do adicional de 10% quando o lucro presumido exceder R\$60 do trimestre.
- Contribuição social: base de cálculo de 12% da receita e alíquota de 9%.

O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes.

### 3.10 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo CPC são os seguintes:

Revisão e normas impactadas	Descrição	Impactos contábeis
Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.	As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco.	Sem impactos relevantes
Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021.	As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.	Sem impactos relevantes

### 3.11 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alterações, mais ainda não em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas a seguir e todas são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicáveis, quando entrarem em vigor.

Revisão e normas impactadas	Descrição	Impactos contábeis
IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de seguro	Norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação	Essa norma não se aplica a Companhia
Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis	As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros	A Companhia avaliará os impactos
Alterações ao IAS 1 e IFRS <i>Practice Statement 2</i> : Divulgação de políticas contábeis	A alteração fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis.	A Companhia avaliará os impactos
Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante	Alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante	A Companhia avaliará os impactos

## 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2021	31/12/2020
Contas bancárias	676	525
Total	676	525

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o numerário disponível da Companhia não possuía remuneração.

## 5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Circulante</b>		
Certificados de Depósitos Bancários	28.706	79.648
<b>Total</b>	<u>28.706</u>	<u>79.648</u>
<b>Não Circulante</b>		
Certificados de Depósitos Bancários		
Conta Reserva - BNDES <sup>(i)</sup>	3.190	4.156
<b>Total</b>	<u>3.190</u>	<u>4.156</u>

- (i) Saldo aplicado no Bradesco S.A. e está vinculado à garantia do financiamento do BNDES (Nota 10). Durante todo o prazo do contrato com o BNDES, a Companhia deve manter em favor deste uma conta reserva com recursos vinculados no valor correspondente ao serviço da dívida de três meses, sendo que a movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES. A aplicação financeira está classificada como não circulante por estar vinculada ao financiamento junto ao BNDES.

A remuneração média dos títulos e valores mobiliários é de 100,23 do CDI em 31 de dezembro de 2021 (101,62% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

## 6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	Saldos a vencer	Vencidos há mais de 90 dias	31/12/2021	31/12/2020
Suprimento a Outras Concessionárias <sup>(a)</sup>	5.199	-	5.199	3.964
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	75	-	75	19.297
<b>Total</b>	<u>5.274</u>	<u>-</u>	<u>5.274</u>	<u>23.261</u>

<sup>(a)</sup> Refere-se à contas a receber de venda de energia própria para Light Energia e Cemig GT

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possuía um saldo a receber de R\$ 19.297 na rubrica concessionárias e permissionárias, referente a inadimplência da liquidação da CCEE.

A exposição da Companhia a riscos de crédito relacionados a concessionárias e permissionárias é divulgada na Nota 21.

## 7. IMOBILIZADO

Segue abaixo a composição do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	31/12/2021				31/12/2020			
	Taxa média anual	Custo Histórico	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Taxa média anual	Custo Histórico	Depreciação acumulada	Valor Líquido
<b>Em Serviço</b>								
<b>Geração</b>								
Terrenos	5,50%	18.751	(9.289)	9.462	5,50%	18.751	(8.257)	10.494
Reservatórios, barragens e adutoras	5,60%	86.850	(43.401)	43.449	5,60%	86.850	(38.661)	48.189
Edificações, obras civis e benfeitorias	5,73%	2.436	(1.141)	1.295	5,73%	2.436	(1.000)	1.436
Máquinas e equipamentos	5,51%	85.670	(42.891)	42.779	5,51%	85.670	(38.219)	47.451
Móveis e utensílios	6,44%	19	(9)	10	6,44%	19	(8)	11
		<u>193.726</u>	<u>(96.731)</u>	<u>96.995</u>		<u>193.726</u>	<u>(86.145)</u>	<u>107.581</u>
<b>Administração</b>								
Máquinas e equipamentos	14,31%	98	(77)	21	14,31%	98	(70)	28
Móveis e utensílios	6,25%	40	(24)	16	6,25%	40	(21)	19
		<u>138</u>	<u>(101)</u>	<u>37</u>		<u>138</u>	<u>(91)</u>	<u>47</u>
		<u><u>193.864</u></u>	<u><u>(96.832)</u></u>	<u><u>97.032</u></u>		<u><u>193.864</u></u>	<u><u>(86.236)</u></u>	<u><u>107.628</u></u>
<b>Em curso</b>								
Reservatórios, barragens e adutoras		146	-	146		-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias		282	-	282		-	-	-
Móveis e Utensílios		13	-	13		13	-	13
Material em Depósito		2.501	-	2.501		2.234	-	2.234
Máquinas e equipamentos		907	-	907		75	-	75
		<u>3.849</u>	<u>-</u>	<u>3.849</u>		<u>2.322</u>	<u>-</u>	<u>2.322</u>
		<u><u>197.713</u></u>	<u><u>(96.832)</u></u>	<u><u>100.881</u></u>		<u><u>196.186</u></u>	<u><u>(86.236)</u></u>	<u><u>109.950</u></u>

Segue abaixo a movimentação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Baixas	Depreciação	Saldos em 31/12/2021
<b>Em serviço</b>					
Terrenos	10.494	-	-	(1.032)	9.462
Reservatórios, barragens e adutoras	48.189	-	-	(4.740)	43.449
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.436	-	-	(141)	1.295
Máquinas e equipamentos	47.479	-	-	(4.679)	42.800
Móveis e utensílios	30	-	-	(4)	26
	<u>107.628</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(10.596)</u>	<u>97.032</u>
<b>Em curso</b>					
Reservatórios, barragens e adutoras	-	146	-	-	146
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	282	-	-	282
Móveis e Utensílios	13	-	-	-	13
Material em Depósito	2.234	267	-	-	2.501
Máquinas e equipamentos	75	832	-	-	907
	<u>2.322</u>	<u>1.527</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.849</u>
<b>Imobilizado líquido</b>	<u><u>109.950</u></u>	<u><u>1.527</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>(10.596)</u></u>	<u><u>100.881</u></u>

	Saldos em 31/12/2019	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências / Capitalizações	Saldos em 31/12/2020
<b>Em serviço</b>						
Terrenos	11.526	-	-	(1.032)	-	10.494
Reservatórios, barragens e adutoras	52.928	-	-	(4.739)	-	48.189
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.577	-	-	(141)	-	1.436
Máquinas e equipamentos	52.147	-	-	(4.675)	7	47.479
Móveis e utensílios	33	-	-	(3)	-	30
	<u>118.211</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(10.590)</u>	<u>7</u>	<u>107.628</u>
<b>Em curso</b>						
Máquinas e equipamentos	43	39	-	-	(7)	75
Material em depósito	2.124	148	(38)	-	-	2.234
Móveis e utensílios	-	13	-	-	-	13
	<u>2.167</u>	<u>200</u>	<u>(38)</u>	<u>-</u>	<u>(7)</u>	<u>2.322</u>
<b>Imobilizado líquido</b>	<u><u>120.378</u></u>	<u><u>200</u></u>	<u><u>(38)</u></u>	<u><u>(10.590)</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>109.950</u></u>

A Companhia está depreciando os ativos da usina pelo método linear considerando a vida útil do bem ou pelo prazo da autorização, dos dois o menor, utilizando o método de custo histórico, pois considera que estes não podem ser negociados, doados ou cedidos e fazem parte do projeto original, bem como serão entregues ao poder concedente ao final da autorização sem indenização.

Taxas anuais de depreciação:

As principais taxas anuais de depreciação, com base na estimativa da vida útil dos bens, são as seguintes:

GERAÇÃO	%	ADMINISTRAÇÃO	%
Terrenos	5,50%	Máquinas e equipamentos	14,31%
Reservatórios, barragens e adutoras	5,60%	Móveis e utensílios	6,25%
Edificações, obras civis e benfeitorias	5,73%		
Máquinas e equipamentos	5,51%		

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável para os ativos imobilizados em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

## 8. INTANGÍVEL

Segue abaixo a composição do intangível em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	31/12/2021				31/12/2020			
	Taxa média anual	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxa média anual	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
<b>Em serviço</b>								
Serviço de passagem	5,50%	27	(12)	15	5,50%	27	(12)	15
Software	20,00%	285	(279)	6	20,00%	285	(270)	15
Extensão da concessão – Lei nº 14.052/2020	7,52%	15.546	(1.169)	14.377	0,00%	-	-	-
<b>Intangível líquido</b>		<b>15.858</b>	<b>(1.460)</b>	<b>14.398</b>		<b>312</b>	<b>(282)</b>	<b>30</b>
<b>Em curso</b>								
Extensão da concessão – Lei nº 14.052/2020		-	-	-		15.546	-	15.546
		-	-	-		15.546	-	15.546
<b>Intangível líquido</b>		<b>15.858</b>	<b>(1.460)</b>	<b>14.398</b>		<b>15.858</b>	<b>(282)</b>	<b>15.576</b>

Segue abaixo a movimentação do intangível nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	Saldos em 31/12/2020	Transferências	Amortização	Saldos em 31/12/2021
<b>Em serviço</b>				
Serviço de passagem	16	-	(1)	15
Software	14	-	(8)	6
Extensão da concessão – Lei nº 14.052/2020	-	15.546	(1.169)	14.377
	30	15.546	(1.178)	14.398
<b>Em curso</b>				
Extensão da concessão – Lei nº 14.052/2020	15.546	(15.546)	-	-
	15.546	(15.546)	-	-
<b>Total do intangível</b>	<b>15.576</b>	<b>-</b>	<b>(1.178)</b>	<b>14.398</b>
	Saldos em 31/12/2019	Adições	Amortização	Saldos em 31/12/2020
<b>Em serviço</b>				
Serviço de passagem	17	-	(1)	16
Software	23	-	(9)	14
	40	-	(10)	30
<b>Em curso</b>				
Extensão da concessão – Lei nº 14.052/2020	-	15.546	-	15.546
	-	15.546	-	15.546
<b>Total do intangível</b>	<b>40</b>	<b>15.546</b>	<b>(10)</b>	<b>15.576</b>

### Repactuação do GSF

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia registrou um ativo intangível no montante de R\$ 15.546 em contrapartida a recuperação de custos de energia elétrica, que equivale a extensão de aproximadamente três anos em seu prazo de concessão relativos a usinas Paracambi, o qual está sendo amortizado de forma linear a partir de 01 de janeiro de 2021 até o final do novo prazo de concessão homologado pela ANEEL através da Resolução Homologatória Nº 2.919 de 03 de agosto de 2021.

O pedido de desistência e renúncia ao direito sobre o qual se funda a ação judicial em que a signatária discute o ajuste do MRE, conforme exigido pelo inciso I do novo art. 2º-B incluído à Lei n. 13.203/2015 pela Lei n. 14.052/2020, foi formalizado nos autos do processo oportunamente.

## 9. FORNECEDORES

	31/12/2021	31/12/2020
Compra de Energia - CCEE	-	61.378
Materiais	1.147	232
Serviços	642	821
Outros	64	56
<b>Total</b>	<b>1.853</b>	<b>62.487</b>

### Liquidação referente à repactuação do risco hidrológico (GSF)

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía um saldo em aberto de R\$ 61.378 na rubrica comercialização no mercado de curto prazo referente a liquidação da CCEE decorrente do ajuste do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE provocado pelo GSF menor que 1. Conforme mencionado na Nota 06, a Companhia apresentava um saldo a receber de R\$ 19.297 em 31 de dezembro de 2020, resultando em um passivo líquido de R\$ 42.081. e

## 10. FINANCIAMENTOS

Os financiamentos celebrados entre a Companhia e o BNDES possuem as seguintes garantias:

- Direitos creditórios provenientes dos contratos de compra de energia firmados com a Light Energia S.A. e Cemig GT;
- Direitos emergentes da autorização concedida pela ANEEL; e
- Totalidade das ações da Lightger pertencentes à Light S.A..

O principal da dívida decorrente deste contrato está sendo pago ao BNDES em 192 (cento e noventa e duas) prestações mensais. A primeira prestação foi paga em 15 de julho de 2012, comprometendo-se a liquidar a última prestação em 15 de junho de 2028. Conforme descrito na Nota 5, a título de garantia, a Companhia deverá manter uma aplicação restrita de 3 (três) vezes o valor da prestação devida em conta vinculada a ser mantida no Bradesco.

A Companhia está exposta aos riscos de mercado relacionados a taxas de juros no curso normal de seus negócios. A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota 21.

Abaixo segue quadro com condições contratuais do financiamento da Companhia em 31 de dezembro de 2021:

Financiadores	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais%	Moeda	31/12/2021			31/12/2020
				Circulante	Não circulante	Total	Total
BNDES - Subcrédito A	2028	TJLP + 1,97%	R\$	6.818	36.754	43.572	50.259
BNDES - Subcrédito B	2028	TJLP + 1,97%	R\$	156	839	995	1.148
BNDES - Subcrédito C	2028	TJLP + 1,97%	R\$	1.599	8.618	10.217	11.785
<b>Total de financiamentos</b>				<b>8.573</b>	<b>46.211</b>	<b>54.784</b>	<b>63.192</b>

As parcelas relativas ao principal do financiamento classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos (não inclui encargos financeiros) em 31 de dezembro de 2021:

	2023	2024	2025	2026	2027	2028 em diante	Total
Moedas							
Real / Indexador							
TJLP + 1,97%	8.403	8.403	8.403	8.403	8.403	4.196	46.211
Total por Indexador	8.403	8.403	8.403	8.403	8.403	4.196	46.211

Seguem abaixo as movimentações do financiamento nos exercícios:

	Principal	Encargos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	71.417	216	71.633
Juros provisionados	-	4.541	4.541
Juros e encargos financeiros pagos	-	(4.580)	(4.580)
Amortização do principal	(8.402)	-	(8.402)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	63.015	177	63.192
Juros provisionados	-	3.909	3.909
Juros e encargos financeiros pagos	-	(3.915)	(3.915)
Amortização do principal	(8.402)	-	(8.402)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	54.613	171	54.784

### Covenants

O contrato de financiamento com o BNDES possui cláusulas que podem gerar antecipação do vencimento de dívida da Companhia, impossibilitar o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio acima do limite mínimo legal ou implicar em aplicação de multa pelo BNDES. Estas penalidades ocorrem quando do não atendimento a determinados covenants não financeiros ou não cumprimento dos seguintes indicadores financeiros ao final de cada exercício: (i) índice de cobertura do serviço da dívida (requerido índice superior a 1,2) e (ii) índice de cobertura do capital próprio (requerido ser igual ou superior a 25%).

Em 29 de abril de 2022, a Lightger formalizou pedido junto ao BNDES para postergar o prazo de entrega das demonstrações financeiras auditadas da Companhia correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, conforme previsão do contrato de financiamento. O BNDES, em 19 de maio de 2022, através de correspondência eletrônica, informou que esta obrigação será considerada cumprida fora do prazo, sem aplicação de penalidade, assim que as referidas demonstrações financeiras forem entregues ao BNDES.

## 11. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR

	31/12/2021	31/12/2020
INSS a pagar	16	9
PIS/COFINS a pagar	215	227
ISS	6	4
FGTS	3	4
Outros	10	15
<b>Total</b>	<b>250</b>	<b>259</b>

## 12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A PAGAR

	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ / CSLL a pagar	499	649
<b>Total</b>	<b>499</b>	<b>649</b>

A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social com base no regime de lucro presumido.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a conciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social, calculados pela apuração das alíquotas fiscais combinadas e debitadas em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2021		31/12/2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Suprimento de energia e outros	57.527	57.527	54.387	54.387
% para base de cálculo	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo - Suprimento de Energia e Outros	4.602	6.903	4.351	6.526
Receitas financeiras	2.433	2.433	2.029	2.029
Base de cálculo para cálculo dos impostos	<b>7.035</b>	<b>9.336</b>	<b>6.380</b>	<b>8.555</b>
Alíquota do Imposto	15%	9%	15%	9%
Adicional	10%	-	10%	-
Imposto apurado	(1.735)	(840)	(1.570)	(770)
(+) Ajuste referente ano de 2015	-	-	(66)	(24)
<b>Imposto de renda e contribuição social correntes</b>	<b>(2.575)</b>		<b>(2.430)</b>	

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía saldo de ativo sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social acumulado não reconhecido no montante de R\$5.084, os quais não foram registrados em função da opção pelo regime de tributação pelo lucro presumido. Caso, no futuro, a Companhia opte pelo regime de tributação pelo lucro real, fará jus a eventuais créditos fiscais de prejuízos fiscais e bases negativa de contribuição social gerados a partir do momento da opção pelo lucro real.

### 13. CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui processos judiciais, nos quais a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, acredita que os riscos de perda são possíveis, e por este motivo, nenhuma provisão foi constituída.

As principais contingências com probabilidade de perda possível estão compostas da seguinte forma:

PASSIVO	31/12/2021		31/12/2020	
	Saldo	Quantidade de processos (a)	Saldo	Quantidade de processos (a)
Fiscais	5.135	2	4.927	2
Trabalhistas	68	6	205	14
Cíveis	4.333	51	2.529	49
Total	9.536	59	7.661	65

<sup>(a)</sup> Não auditadas pelos auditores independentes

Estão destacados a seguir os principais motivos das discussões judiciais passivas:

a) Fiscais

ISS (Autos de Infração nº3188/2010 e 563/2010) - trata-se de processos administrativos que tramitam perante a Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura Municipal de Paracambi/RJ, por ter a Companhia deixado de recolher o ISS em sua totalidade referente aos serviços prestados de construção civil. A Companhia apresentou impugnações em face destas autuações. Os dois autos aguardam julgamento em 1ª instância administrativa. O montante, atualmente quantificável, referente às ações é de R\$5.135 (R\$4.927 em 31 de dezembro de 2020). Processo segue sem movimentação.

b) Trabalhistas

Os principais pedidos objeto das ações trabalhistas envolvem as seguintes matérias: horas extras e reflexos, horas *in itinere*, descontos indevidos, pagamento em dobro dos domingos e feriados, adicional de periculosidade, cujos montantes envolvidos totalizam R\$ 68 em 31 de dezembro de 2021 (R\$205 em 31 de dezembro de 2020).

No ano de 2021, a Companhia realizou acordos nos processos onde era citada, reduzindo para 6 (seis) o número de processos e R\$ 68 o montante envolvido.

c) Cível

Em 31 de dezembro de 2021, havia 51 ações de desapropriações em curso, onde todo o valor da causa encontra-se devidamente depositado em juízo e o que está sendo discutido são apenas as diferenças dos valores solicitados pelos desapropriados aproximadamente no montante de R\$ 2.353.

## 14. TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

Segue resumo das transações com partes relacionadas nos exercícios de 2021 e 2020.

Grupos Balanço	Contratos com o mesmo grupo (Objetivos e características do contrato)	Vínculo com a Lightger	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
			31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
	<u>Contrato estratégico</u>									
Cientes	Contrato de venda de energia elétrica incentivada com a Light Energia	Light Energia	2.160	2.318	-	-	29.021	23.365	-	-
	<u>Contrato estratégico</u>									
Cientes	Contrato de venda de energia elétrica incentivada com a CEMIG GT - Acionista	CEMIG GT	3.039	1.646	-	-	27.885	22.521	-	-
	<u>Contrato estratégico</u>									
Fornecedor	Contrato de operação e manutenção com a Light Energia	Light Energia	-	-	-	-	-	-	-	338
	<u>Contrato estratégico</u>									
Fornecedor	Aluguel de parte do edifício pertencente a Light SESA. O valor atual por mês do aluguel é de R\$4.	Light SESA	-	-	-	-	-	-	37	20
	<u>Contrato estratégico</u>									
Fornecedor	Contrato de uso do sistema de distribuição energia elétrica com a Light SESA	Light SESA	-	-	-	-	-	-	473	387

Segue quadro resumo dos contratos firmados com partes relacionadas:

Grupos Balanço	Contratos com o mesmo grupo (Objetivos e características do contrato)	Vínculo com a Lightger	Valor Original	Data	Data de vencimento ou prazo	Saldo remanescente 31/12/2021
Cientes	<u>Contrato estratégico</u> Contrato de venda de energia elétrica incentivada com a Light Energia	Light Energia	217.213	dez/10	jun/28	202.243
Cientes	<u>Contrato estratégico</u> Contrato de venda de energia elétrica incentivada com a CEMIG GT - Acionista	CEMIG GT	208.818	dez/10	jun/28	194.312
Fornecedor	<u>Contrato estratégico</u> Aluguel de parte do edifício pertencente a Light SESA. O valor atual por mês do aluguel é de R\$5	Light SESA	6	jan/20	dez/21	-
Fornecedor	<u>Contrato estratégico</u> Contrato de uso do sistema de distribuição de energia elétrica com a Light SESA	Light SESA	Variável	jul/11	12 meses com renovação automática por igual período	-

As transações com partes relacionadas foram efetuadas de acordo com as condições acordadas entre as partes, que são equivalentes as condições de mercado.

### Remuneração dos Administradores

Todos os conselheiros e diretores renunciaram a remuneração anual dos exercícios apresentados nessa demonstração financeira.

## 15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social da Lightger S.A. está representado por 79.078.937 unidades de ações ordinárias escriturais e sem valor nominal, sendo o seu capital social de R\$79.232, conforme a seguir:

Acionistas	31/12/2021			31/12/2020		
	Valor R\$	Quantidade de ações	% Participação	Valor R\$	Quantidade de ações	% Participação
Light S.A.	40.408	40.330.258	51,000	40.408	40.330.258	51,000
Cemig GT	38.824	38.748.679	49,000	38.824	38.748.679	49,000
<b>Total</b>	<b>79.232</b>	<b>79.078.937</b>	<b>100,00</b>	<b>79.232</b>	<b>79.078.937</b>	<b>100,00</b>

### b) Reserva legal

Do lucro líquido de cada exercício, 5% serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder de 30% do capital social. Esta reserva deve ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

### c) Resultado por ação

A tabela a seguir concilia o resultado líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 com os montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído.

Segue abaixo o cálculo do lucro básico e diluído por ação:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	14.261	25.744
Média ponderada do número de ações ordinárias	79.078.937	79.078.937
Lucro básico e diluído por ações ordinárias em R\$/mil	<u>0,1803</u>	<u>0,3255</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não existiam diferenças entre o resultado por ação básico e diluído, uma vez que a Companhia não possui nenhum instrumento dilutivo.

## 16. DIVIDENDOS A PAGAR

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo nº 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Os dividendos adicionais propostos correspondem a parcela excedente do lucro líquido do exercício, após dedução da reserva legal e dos dividendos mínimos obrigatórios, que está condicionada à aprovação do BNDES em face do cumprimento pela de cláusula dos “covenants” constantes no contrato de financiamento do BNDES.

Os dividendos mínimos obrigatórios e adicionais propostos no encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2021 foram calculados como se segue:

Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	14.261	25.744
Reserva Legal	(713)	(1.287)
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	<u>13.548</u>	<u>24.457</u>
Dividendos mínimo obrigatório (25%)	(3.387)	(6.114)
Dividendos adicionais propostos	(10.161)	(18.343)

Abaixo apresentamos a movimentação dos dividendos a pagar durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	Saldo	R\$/Ação
Dividendos mínimos obrigatórios em 31 de Dezembro de 2019	<u>3.527</u>	
Dividendos adicionais propostos - Deliberados na AGO de 16/07/2020	10.580	0,1338
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	6.114	0,0773
Dividendos pagos no exercício de 2020	<u>(14.107)</u>	
Dividendos mínimos obrigatórios em 31 de dezembro de 2020	<u>6.114</u>	
Dividendos adicionais propostos - Deliberados na AGO de 13/10/2021	18.343	0,2320
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	3.387	0,0428
Dividendos pagos no exercício de 2021	<u>(24.457)</u>	
Dividendos mínimos obrigatórios em 31 de dezembro de 2021	<u>3.387</u>	

## 17. RECEITA LÍQUIDA

	31/12/2021	31/12/2020
Suprimento de Energia	56.906	45.887
Outros	621	8.500
<b>RECEITA BRUTA</b>	<b>57.527</b>	<b>54.387</b>
PIS/COFINS	(2.099)	(1.986)
IMPOSTO SOBRE RECEITA	(2.099)	(1.986)
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>55.428</b>	<b>52.401</b>

A Companhia possui contratos de venda de energia no ambiente de contratação livre (ACL) com as partes relacionadas Light Energia S.A. e CEMIG.

Da garantia física da PCH Paracambi, 19,53MW estão comercializados para as partes relacionadas Light Energia S.A. (9,945MW médios) e Cemig GT (9,555MW médios), mediante contratos bilaterais em conformidade com a legislação pertinente à regulamentação da ANEEL, à Convenção de Comercialização da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), às regras de comercialização e aos procedimentos de comercialização.

Adicionalmente, em caso de eventuais sobras ou faltas de energia gerada em relação à energia contratada para venda, a Companhia precisa recorrer ao mercado de comercialização de energia elétrica de curto prazo.

## 18. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Custos com energia		Custos com operação		Despesas gerais e administrativas	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Encargos uso de rede	-	-	(473)	(387)	-	-
Pessoal	-	-	-	-	(855)	(750)
Material	-	-	(101)	(66)	(2)	(10)
Energia comprada *	(13.158)	4.425	-	-	-	-
Serviço de Terceiros	-	-	(2.541)	(1.946)	(667)	(441)
Depreciação e amortização	-	-	(11.758)	(10.584)	(46)	(47)
Seguros	-	-	(157)	(118)	-	-
Aluguéis	-	-	(37)	-	(37)	(33)
Outras	-	-	(82)	(82)	(38)	(16)
<b>Total</b>	<b>(13.158)</b>	<b>4.425</b>	<b>(15.149)</b>	<b>(13.183)</b>	<b>(1.645)</b>	<b>(1.297)</b>

\* Valor referente ao resultado (a pagar ou a receber) da diferença entre a energia medida e a contratada por agente, valorada ao PLD (preço de liquidação das diferenças) para efeito de liquidação financeira na CCEE, onde em 2021 o total de energia comprada para revenda foi de R\$ 12.494 (R\$ 11.121 em 2020), sendo que esta rubrica em 2020, encontra-se líquida dos efeitos advindos da repactuação do GSF no valor de R\$ 15.546, conforme Nota 8.

## 19. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2021	31/12/2020
<b>RECEITAS</b>		
Rendimento sobre aplicações financeiras	2.431	2.026
Outras receitas financeiras	2	3
	<u>2.433</u>	<u>2.029</u>
<b>DESPESAS</b>		
Encargos de financiamentos	(3.909)	(4.541)
Atualização monetária GSF	(7.160)	(11.598)
Arrendamento Mercantil	(2)	(4)
Juros s/atraso de pagamento	-	(38)
Multas s/atraso de pagamento	(1)	(18)
Outras despesas financeiras	(1)	(2)
	<u>(11.073)</u>	<u>(16.201)</u>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<u>(8.640)</u>	<u>(14.172)</u>

## 20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

### Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

O quadro abaixo apresenta os valores contábeis e valores justos dos ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Categoria	Nível	31/12/2021		31/12/2020	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>ATIVO</b>					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	Custo amortizado	676	676	525	525
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	Valor justo por meio do resultado	31.896	31.896	83.804	83.804
Concessionárias e permissionárias (Nota 6)	Custo amortizado	5.274	5.274	23.261	23.261
		<u>37.846</u>	<u>37.846</u>	<u>107.590</u>	<u>107.590</u>
<b>PASSIVO</b>					
Fornecedores (Nota 9)	Custo amortizado	1.853	1.853	62.487	62.487
Financiamentos (Nota 10)	Custo amortizado	54.784	54.784	63.192	63.192
Obrigações por arrendamento	Custo amortizado	-	-	33	33
		<u>56.637</u>	<u>56.637</u>	<u>125.712</u>	<u>125.712</u>

## Métodos e técnicas de avaliação

É importante ressaltar que o valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado pela Administração para produzir a estimativa do valor justo mais adequada.

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a Companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

### a) Risco de taxa de juros

Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros sobre as receitas financeiras oriundas de suas aplicações financeiras. A política para utilização de derivativos não compreende a contratação de instrumentos contra esse risco. No entanto, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de forma a avaliar a eventual necessidade de contratar derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de juros, demonstrando os possíveis impactos no resultado antes dos impostos. Essas análises de sensibilidade foram preparadas assumindo que o valor dos saldos patrimoniais estivesse em aberto durante todo o período.

A metodologia utilizada para o “cenário provável” considerou a melhor estimativa da taxa de juros em 31 de dezembro de 2022. Vale lembrar que por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideraram-se os saldos da dívida e das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2021. É importante salientar que o comportamento dos saldos de dívida respeitará seus respectivos contratos, bem como o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia.

Análise de sensibilidade das taxas de juros, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos, utilizando as taxas e as projeções das seguintes fontes:

- Para o CDI no cenário provável a taxa utilizada foi estimada com base nas expectativas do mercado, conforme dados divulgados pelo B3 em 31 de dezembro de 2021.
- A TJLP utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado divulgadas no site do BNDES (em 08 de março de 2022).

Operação	Risco	R\$		
		Cenário (I) Provável	Cenário (II) + 25%	Cenário (III) + 50%
ATIVOS FINANCEIROS		2.486	3.457	4.429
Aplicações Financeiras	CDI	2.486	3.457	4.429
PASSIVOS FINANCEIROS		(416)	(1.249)	(2.082)
BNDES	TJLP + Spread Fixo *	(416)	(1.249)	(2.082)
TOTAL		2.070	2.208	2.347
Referência para ATIVOS FINANCEIROS			+25%	+50%
CDI (% fim do exercício)		12,18%	15,23%	18,27%
Referência para PASSIVOS FINANCEIROS			+25%	+50%
TJLP (% fim do exercício) + Spread Fixo 1,97%		8,05%	9,57%	11,09%

\* TJLP de 4,55% + Spread Fixo 1,97%

#### b) Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do acompanhamento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros.

A gestão das aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais, são apresentadas conforme quadro abaixo:

Instrumentos a taxas de juros	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pós Fixadas					
Financiamentos	3.047	8.800	47.100	2.800	61.747
Fornecedores	1.853	-	-	-	1.853

c) Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. O risco de crédito de contas a receber encontra-se reduzido, pois as contas a receber são com partes relacionadas da Companhia e os demais saldos a receber oriundos de concessionárias e permissionárias possui os valores em atraso rateados entre todos os agentes da CCEE.

No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações de baixo risco, com instituições financeiras avaliadas por agências de *rating*. A Companhia possui uma política de não manter a carteira concentrada em uma determinada instituição financeira. Desta forma, a política tem como princípio controlar a concentração da carteira e acompanhar as instituições financeiras através do seu patrimônio líquido e de seus ratings.

Por meio de sua política a Companhia poderá aplicar os recursos em produtos de renda fixa, pós-fixados indexados ao CDI e títulos públicos pós-fixados.

d) Riscos hidrológicos

De acordo com os dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), a maior parte do suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é gerado por Usinas Hidrelétricas (UHE) e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH). Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado, cada agente de geração hidráulica, incluindo a Companhia, está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País. Na eventualidade da ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis no SIN, em conjunto com a obrigação de entrega da energia assegurada, a Companhia ficaria exposta ao mercado.

e) Gestão do capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações ou vender ativos.

A dívida líquida da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido é apresentada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Dívida de financiamentos	54.784	63.192
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 4)	(676)	(525)
(-) Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5)	(28.706)	(79.648)
Dívida líquida (A)	25.402	(16.981)
Total do Patrimônio Líquido (B)	93.849	100.392
Índice de alavancagem financeira - % (A/(B+A))	21%	-20%

## 21. SEGUROS

A Companhia possui seguros corporativos com cobertura abrangendo seus principais ativos, dentre os quais podemos citar em 31 de dezembro de 2021:

Seguro de Riscos Operacionais: cobre os danos causados à PCH, incluindo, mas não limitada a todo seu maquinário, geradores, transformadores, canais, túneis, barragens, vertedouros, obras civis, escritórios e depósitos. Todos os ativos estão segurados na modalidade de Riscos Operacionais, com cobertura "AllRisks", incluindo-se linhas de transmissão e distribuição até 1.000 pés do local de geração.

Seguro de Responsabilidade civil e geral - objetiva o pagamento de indenização caso a Companhia venha a ser responsabilizada civilmente por meio de sentença transitada em julgado ou acordo autorizado pela seguradora, relativas a reparações por danos materiais e corporais involuntários, causados a terceiros e também aqueles relacionados à poluição, contaminação, vazamentos súbitos e ou acidentais.

Segue abaixo a composição dos principais seguros considerados pela Administração:

Cobertura	Data de Vigência		Importância segurada
	De	Até	
Responsabilidade Civil e Geral	08/01/2022	08/01/2023	R\$12.000
Riscos Operacionais <sup>(1)</sup>	08/01/2022	08/01/2023	R\$172.198

<sup>(1)</sup> Limite Máximo de Responsabilidade (LMR) de R\$110.000 - Indenização

<sup>(1)</sup> Valor Total em Risco de R\$172.198

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

## 22. CONTRATOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui compromissos de venda de energia com posição em MW médio, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Ano	Energia contratada Total (MW médio) <sup>(a)</sup>
2023	19,5
2024	19,5
2025	19,5
2026	19,5
2027 a 2028	39,0

<sup>(a)</sup> Não auditadas pelos auditores independentes

## 23. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA

---

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia realizou as atividades abaixo que não envolveram caixa. Portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	31/12/2021	31/12/2020
Repactuação do GSF na Light Energia - Lei nº14.052/2020	-	15.546

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Alessandra Genu Dutra Amaral  
Renato Osório Ferreira  
Eduardo Righi Reis  
Sérgio Teixeira de Castro  
Mário Lucio Braga

### DIRETORIA EXECUTIVA

Caio Simões de Lima                      Marcos Antonio de Aquino Rodrigues  
Diretor Administrativo Financeiro      Diretor Técnico Comercial

### CONTADOR

Rafael de Azevedo Meneses  
CPF 052.861.107-03  
CRC-RJ 094844/O-1